

## SIMPÓSIO 42

### Modalidade de Realização:

Presencial

### Simpósio:

DIREITOS HUMANOS E PROTECÇÃO SOCIAL

### Eixo Temático:

10 - Direitos Humanos e Protecção Social;

### Coordenadores:

**Nome da Coordenadora 1:** Antónia Florbela de Jesus Rocha Araújo

**Vinculação Institucional:** Provedora de Justiça da República de Angola

**Resumo Curricular:** Antónia Florbela de Jesus Rocha Araújo, licenciada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto e Mestre na área de Ciências Jurídico Internacionais, na Universidade Clássica Lisboa, desde o ano 1990, é a actual Provedora de Justiça da República de Angola. É também a actual Presidente da Associação dos Provedores e Mediadores Africanos (AOMA). Participou de vários Seminários e Conferências em Angola, Zâmbia, Portugal, Espanha, Brasil, Nova York, Reino Unido da Grã-Bretanha, Argentina, Itália, Suíça, promovidas pela Rede CPLP de Direitos Humanos, AOMA e o Centro de Pesquisa do Provedor de Justiça Africano.

**Nome do Coordenador 2:** Makaya Castelo José

**Vinculação Institucional:** Consultor do Gabinete da Provedora de Justiça

**Resumo Curricular:** Makaya Castelo José, licenciado em Relações Internacionais pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa e Pós Graduado em Direitos Humanos pela Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, é Consultor da Provedora de Justiça de Angola, tendo sido Secretário Geral e Director de Intercâmbio e Cooperação Internacional da Provedoria de Justiça. Participou em vários Seminários e Conferências em Angola e no exterior do país, sobre diversos assuntos no domínio da justiça e dos direitos humanos.

### Linha(s) de debate (descrição do Simpósio):

A relação entre direitos humanos e protecção social é profunda e inseparável e abrange um dos direitos fundamentais dos cidadãos, plasmado na Constituição da República de Angola e da maioria dos Países que seguem um Estado democrático de direito. A protecção social funciona como um instrumento essencial para a concretização dos direitos humanos, pois garante que esses direitos não sejam apenas teóricos, mas efectivamente vividos no dia a dia das pessoas.



Entidades públicas independentes como o Provedor de Justiça, que actuam com base nos princípios da informalidade, acessibilidade, celeridade e legalidade, defendem os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, face às acções ou omissões dos poderes públicos.

Os Estados têm a tarefa fundamental de assegurar que os pilares da protecção social tais como a assistência social, a segurança social, os serviços sociais básicos e as políticas de inclusão sejam garantidos.

Num contexto como o de países em desenvolvimento, fortalecer a protecção social é fundamental para reduzir desigualdades e promover o desenvolvimento sustentável, exigindo compromisso dos Estados, participação da sociedade e políticas públicas eficazes e inclusivas.

Este simpósio propõe uma reflexão sobre a actuação do Provedor de Justiça e o seu papel relevante.

Em Angola, o Provedor de Justiça recebe muitas queixas e reclamações relacionadas com a segurança social e remete-as à entidade competente para dar solução, uma vez que no âmbito das suas competências, dispõe de mecanismos de actuação, designadamente as recomendações, que resolvem muitos casos no domínio da protecção social, porque o cidadão é a nossa ocupação e preocupação.

**Idioma dos resumos que serão aceitos para apresentação:**

**Português (X)**